

SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

Estudo Técnico Preliminar 28/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.309197/2025-31

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade da contratação é a concessão de próteses não implantáveis, incluindo a avaliação inicial, o treinamento pós recebimento do recurso e /ou adaptação ao dispositivo, o encaixe provisório e definitivo, aos segurados os quais possuem demanda judicial para concessão de prótese: JOÃO HENRIQUE xxx xxx, CPF: 066.xxx.xxx-xx - AÇÃO Nº 5016475-90.2021.4.04.7200/SC e MANOEL xxx xxx, CPF: 057.xxx.xxx-xx - SENTENÇA 50224345120238240064/SC. A demanda contempla segurados em Programa de Reabilitação Profissional, em cumprimento das obrigações legais do INSS, especialmente as constantes dos artigos 89 e 90 da Lei 8.213/1991, artigos 136 e 137 do Decreto nº 3048/1999, Resolução nº 626/PRES/INSS, de 09 de fevereiro de 2018 e artigo 419 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 128/2022 e Portaria DIRBEN/INSS nº 999 de 28/03/2022 e suas alterações.

2.2. A pretensa contratação do serviço deverá ser realizada através de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, visando atender as necessidades do Instituto.

2.3. Consideram-se próteses não implantáveis os dispositivos destinados às substituições parciais ou totais de membros (superiores ou inferiores) ou outras estruturas sem necessidade de intervenção cirúrgica para implantação. São componentes artificiais de substituição, que têm por finalidade suprir necessidades e funções do corpo humano.

2.3.1. As próteses são normalmente confeccionadas sob medida e servem para auxiliar a mobilidade, funções manuais, correção postural, função auditiva, função visual, entre outras.

2.4. O serviço é necessário e imprescindível para garantir o atendimento da demanda dos segurados supracitados, os quais são acompanhados pela equipe de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis, desta Superintendência Regional.

2.5. Uma importante peculiaridade diferencia a concessão realizada pelo INSS daquelas realizadas por outros entes públicos, que é o enfoque na dimensão do trabalho. Para tal, são considerados os aspectos clínicos e socioprofissionais do indivíduo com vistas à adequada escolha dos componentes e configurações dos aparelhos a serem concedidos.

2.6. O serviço a ser adquirido é essencial e imprescindível para o andamento do Serviço de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis, sendo que o não fornecimento pode acarretar transtornos e prejuízos ao desempenho laboral dos segurados.

2.7. O objetivo final é mitigar os efeitos do afastamento e da incapacidade funcional possibilitando melhora da capacidade física e consequente manutenção e/ou retorno ao trabalho.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Reabilitação Profissional - SEREAB SR SUL	Letícia Lopes Soares
Coordenação de Serviço de Benefícios da Superintendência Regional Sul	Cristiane Orzechovicz Zapelini

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O fornecimento do presente objeto deverá obedecer às especificações constantes no Edital e no Termo de Referência e na prescrição do Perito Judicial, devendo ser utilizados materiais com peças originais e de primeira qualidade e, nos casos em que couber, com selo da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). O licitante ficará responsável pela avaliação inicial, como também pelo treinamento pós recebimento do dispositivo até a adaptação da prótese, incluindo o encaixe provisório e o encaixe definitivo. O serviço deve ser prestado por empresas de ortopedia técnica, que necessariamente devem possuir responsável técnico protesista-ortesta (CBO 3225-05).

4.2. Considerando a possibilidade de divergências existentes entre as especificações do Sistema SIASG e as do Termo de Referência, esclarecemos aos Licitantes que prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

4.3. Considerando que o INSS foi condenado, nos autos da Apelação Cível nº 5016475-90.2021.4.04.7200/SC e na Sentença 50224345120238240064/SC, a fornecer “prótese mais adequada ao recorrente, nos termos do laudo pericial judicial, inclusive a sua assistência técnica permanente”, o objeto deverá ser fornecido em conformidade com a descrição detalhada constante no referido laudo e sentença, o que inclui a indicação da marca.

- 4.3.1. Ressalta-se que a menção expressa à marca decorre de determinação judicial e da necessidade de atender de forma integral à prescrição pericial, de modo a assegurar a efetividade da decisão e a proteção dos direitos do beneficiário. Ademais, verifica-se que a marca indicada não implica restrição à competitividade do certame, uma vez que existem diversos fornecedores aptos a comercializar o produto, preservando-se, assim, os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 4.4. Trata-se de serviço comum, não-continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sendo seu objeto específico e necessário por um período pré-determinado, conforme a demanda identificada pela Equipe de Reabilitação Profissional.
- 4.5. A obrigação de confeccionar e fornecer próteses não implantáveis sob medida possuem a natureza jurídica de serviços, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 8666/1993, conforme uniformização prevista no Despacho nº 249/2019/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU.
- 4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição (outubro/2024).
- 4.6.1. O fornecedor deverá observar, em conjunto com as demais especificações e exigências constantes do Termo de Referência, as práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como na IN/SLTI/MPOG nº 1/2010:
- I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
 - VIII – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - IX – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - X – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - XI – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 4.7. O planejamento da presente contratação observou também o constante na Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Logística Sustentável - PLS, no âmbito do INSS, na forma dos Anexos I a III.
- 4.7.1. Cabe destacar o alinhamento às Diretrizes-Eixo 01 "Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para a contratação de serviços" e 03 "Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos" do referido Plano, com objetivo de reduzir os impactos ambientais na contratação.
- 4.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, ou de data posterior a ser fixada no termo de Contrato, com eficácia a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado tem a finalidade de identificar quais as soluções existentes atendem aos requisitos da contratação e foi realizado com base em ampla pesquisa de preços em diferentes fontes: Banco de Preços em Saúde, com a devida cautela, em função de peculiaridades do item pesquisado, ferramenta de Pesquisa de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, Painel Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência de Notas Fiscais e pesquisa junto a fornecedores.
- 5.2 Considerando que a presente demanda deverá ser atendida através da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de protetização, tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos no âmbito do INSS e atende às necessidades do setor requisitante, utilizou-se para o levantamento apenas empresas do ramo pertinente à contratação.
- 5.3. A maioria dos órgãos públicos adota o modelo de contratação já amplamente difundido pela IN/SEGES/MP nº 5/2017 e normas anteriores, que engloba a mão de obra e o fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios, utilizando-se a metodologia de remuneração por unidade, sendo esta a que atende satisfatoriamente às necessidades do INSS.
- 5.4. Quadro com soluções de mercado: este item foi suprimido deste ETP e do Termo de Referência, visto que o serviço em questão possui especificidades que limitam o uso do quadro com soluções de mercado. Os recursos objetos desta licitação são prescritos de forma detalhada para atender a uma demanda específica, inviabilizando o uso de diferentes soluções para atender a mesma demanda.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A pretensa contratação tem como objeto a contratação de serviço de concessão de próteses não implantáveis, incluindo a avaliação inicial, o treinamento pós recebimento do dispositivo até a adaptação das próteses, o encaixe provisório e o encaixe definitivo, destinado aos segurados JOÃO HENRIQUE xxxx, e MANOEL xxx xxxx, no âmbito da Superintendência Regional Sul, em regime de empreitada por preço unitário, sendo o critério de julgamento o menor preço, para atender a demanda da Gerência Executiva do INSS em: Florianópolis.
- 6.2. O contratado garantirá a qualidade da solução fornecida durante o prazo de garantia estabelecida no Termo de Referência e no contrato, obrigando-se a providenciar assistência técnica, manutenção, troca, reparação, substituição ou reposição das próteses, órteses, acessórios e componentes

essenciais ao seu uso, que apresentarem qualquer irregularidade que impossibilite a plena utilização do objeto licitado.

6.3. As justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução estão detalhadas no restante deste Estudo, em especial nos itens relacionados a descrição da necessidade, levantamento de mercado e estimativa do valor da contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo do serviço a ser adquirido pela Superintendência Regional Sul está descrito no Quadro Estimativa de Contratação, a seguir, e foi levantado com base nas demandas judiciais apresentadas pelos segurados nas prescrições detalhadas pelo perito judicial.

7.2. Quadro Estimativa de Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	GEX
01	Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético, modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions (https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee) e pé em fibra de carbono com lâmina em “C” bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé).	01	FLO
02	Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de prono supinação da marca OttoBock. OBS.: Transradiais	01	FLO

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 564.000,00

- 8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).
- 8.2. Tal valor foi obtido a partir da pesquisa de preços realizada pela Equipe de Planejamento em conformidade com a IN Seges/ME nº 65, de 07/07/2021.
- 8.2.1. Justifica-se a dispensa da 'Planilha para decomposição de custos' em razão do objeto desta contratação ser apenas a protetização do segurado, e os serviços aqui contemplados são intrínsecos à confecção/montagem da prótese, ou seja, são apenas os essenciais para entrega do recurso material. Ademais, a prática usual de mercado para este tipo de serviço não é pela decomposição dos preços unitários, e sim pelo preço único, o que não prejudica a aferição da exequibilidade dos mesmos. Dessa forma, pressupõe-se que, pela natureza do objeto, tal detalhamento torna-se inviável e desnecessário nesta contratação, nos termos do item 9.4.1 do Acórdão TCU nº 1750/2014 - Plenário, seguindo o constante no subitem b.1, do item 2.9 do Anexo V da Instrução Normativa Seges/MP nº 05/2017.
- 8.3. A Tabela Comparativa dos Preços Obtidos no Levantamento de Preços consta no Anexo 1 deste estudo e no documento SEI nº 22157069 do processo em epígrafe.
- 8.3.1. A metodologia e a análise crítica da Pesquisa de Preços constam no Anexo 2 deste ETP (Nota Técnica) - SEI nº 22170884.
- 8.4. Os documentos de suporte utilizados na elaboração da pesquisa de preços foram anexados no processo SEI em epígrafe.
- 8.5. Do levantamento realizado foi calculado o preço estimado, apresentados no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prótese com interface emborrachada e suspensão mecânica, sistema de controle de volume associado à catraca de ajuste de volume, encaixe laminado em fibra de carbono, joelho monocêntrico eletrônico com sistema magnético modelo RHEO KNEE fornecida pela empresa OssurDynamikSolutions (https://www.ossur.com.br/solucoes-proteticas/produtos/dynamic-solutions/rheo-knee) e pé em fibra de	01	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00

	carbono com lâmina em “C” bipartida em antepé para seu membro inferior esquerdo (joelho e pé).			
02	Duas próteses de membro superior do tipo mioelétricas com pronosupinação (um par de próteses mioelétricas com o modelo de mão DMC PLUS, punho com sistema de prono supinação da marca OttoBock. OBS.: Transradiais	01	R\$ 366.000,00	R\$ 366.000,00
VALOR ESTIMADO GLOBAL:		R\$ 564.000,00		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação será realizada pela Superintendência Regional Sul, de acordo com a organização da equipe de Reabilitação Profissional e Logística, uma vez que se trata de demanda judicial para concessão de próteses.

9.2. A presente contratação será realizada por item (02 - dois), ou seja, não haverá o parcelamento do objeto.

9.3. Já a eventual divisão dos itens entre o fornecimento dos serviços (mão de obra) e materiais (componentes das próteses) causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala.

9.3.1. Os materiais incluídos para esta contratação estão intrinsecamente relacionados com a execução dos serviços de avaliação inicial, tomada de medidas, adaptação, treinamento e manutenção da órtese ou prótese.

9.3.2. Na hipótese da retirada dos materiais, poderia haver prejuízo no desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços.

9.3.3. Considerando que a Administração Pública não possui a mesma flexibilidade e presteza que a iniciativa privada na contratação imediata de materiais e serviços, em face das exigências legais a que está submetida, a prestação dos serviços ficaria prejudicada sempre que houvesse a falta de alguns destes itens.

9.3.4. Além disto, a divisão da contratação dessa forma afetaria o ganho de escala e tornaria a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face do reduzido quadro de servidores.

9.4. Assim, pelos motivos expostos, entende-se que a prestação do serviço de protetização nesta Superintendência Regional poderá ser realizada por um único fornecedor, com assinatura de um único contrato. Cabe ressaltar que todos os materiais e componentes necessários à execução adequada do serviço serão considerados como um único item, para melhor atender aos interesses da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há em vigor outra contratação no âmbito da Superintendência Regional Sul correlacionada e/ou interdependente com o objeto em questão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação deste serviço está alinhada com os objetivos contidos no Mapa Estratégico do INSS do quadriênio 2024/2027, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N° 33, de 21 de setembro de 2023, quais sejam:

a) Otimizar a infraestrutura e a aplicação de recursos; e

b) Promover a melhoria contínua da qualidade na prestação dos serviços e benefícios.

11.2. Conforme Relatório de Itens do Plano Anual PCA 2025- DFD 31/2024, Contratação 510181-5/2025, o valor aqui encontrado faz parte da Programação Orçamentária da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Tal contratação será benéfica e vantajosa ao INSS, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação de mão de obra especializada, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2. Ressalte-se os benefícios diretos e indiretos almejados pelo INSS com a contratação, entre os quais a economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

12.3. Tais benefícios serão obtidos pelo fato de que a protetização dos segurados foi determinada pela perícia médica federal e pela justiça, sendo fator imprescindível para o desenvolvimento do Programa de Reabilitação Profissional ou retorno imediato ao mercado de trabalho.

12.4. Além disso, o INSS não dispõe em seu Quadro de Pessoal, de servidores da categoria funcional para fazer confecção e manutenção dos dispositivos, tornando necessária a contratação.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados. Caso não haja local apropriado no INSS, ou conforme conveniência do órgão, os serviços poderão ser realizados na empresa contratada ou em local por ela indicado desde que tenha anuência e aprovação do INSS.

13.2. O INSS é responsável pela nomeação de servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, estes dois últimos conforme a necessidade, nos termos da IN/SEGES/MP nº 5/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto.

13.3. Para a indicação dos servidores que atuarão como Gestor e Fiscal Técnico, a gestão deve considerar a necessária capacitação ou conhecimento técnico na área do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há neste processo impactos ambientais, uma vez que nenhum produto será confeccionado dentro das unidades do INSS. Os produtos serão fabricados no espaço físico do fornecedor e apenas entregues na unidade de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva Florianópolis abrangida pela Superintendência Regional Sul.

14.2. O fornecedor deverá ainda atentar-se às práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como na IN/SLTI/MPOG nº 1/2010, visando mitigar os possíveis impactos ambientais, conforme detalhado no item 4.6. deste Estudo.

14.3. Em consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU e à IN nº 6/2013 do Ibama, não identificamos que a atividade objeto desta licitação se enquadra como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente viável, uma vez que atende as necessidades da Gerência Executiva Florianópolis que compõe a Superintendência Regional Sul.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANE ORZECOVICZ ZAPPELINI

Coordenadora de Gestão de Benefícios da SR SUL

LETICIA LOPES SOARES

Chefe do SEREAB SR SUL



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 13:14:41.

LAURA SEGABINAZZI PACHECO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 12:06:48.

FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 14:00:20.

JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 13:50:52.

LUIS FERNANDO DA ROCHA COELHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 14:36:10.